

MAMBUCABA E TOMBAMENTO: reflexões sobre os efeitos da prática preservacionista na cultura material arqueológica

Reykel Diniz de Araujo*

Introdução

A Vila Histórica de Mambucaba é um bairro a beira mar, situado nos limites entre os municípios de Paraty e Angra dos Reis (sendo seu quarto distrito), no Rio de Janeiro. A vila corresponde a um conjunto arquitetônico e paisagístico inscrito no livro de tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico desde 1969 – sob os efeitos do Decreto-Lei nº25/37, a lei de tombamento – e também está contemplada na área do Parque Nacional da Serra da Bocaina, tangenciando os limites do parque e correspondendo a uma área de proteção ambiental (terrestre e marinha). O perímetro identificado como importante para ser protegido e conservado no tombamento da vila, corresponde ao final da primeira metade e ao início da segunda metade do século XIX, representando um período de crescimento econômico na região, seguido por uma ruptura deste quadro social, diante de processos históricos que provocaram mudanças em todo o sul-fluminense (Mendes, 1970; Vasconcellos, 2002, 2013; Di Salvo, 2009; Pinheiro, 2010). Nesta época, o local antes conhecido como Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba, era um importante porto exportador de café e importador de pessoas escravizadas, possuindo como principais atividades econômicas a exportação de produtos, o plantio de café, açúcar e subsistência, a produção de água ardente e o mercado de escravizados (fornecendo força de trabalho às grandes fazendas do Vale do Paraíba). Esta narrativa trás algumas observações e reflexões que surgiram a partir de pesquisa realizada para minha monografia, do curso de graduação em Arqueologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

* Graduando em Arqueologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a orientação da professora e arqueóloga Camilla Agostini.

O termo patrimônio conforme Funari (2015)¹ significa “o que vem dos pais”, sendo que o sentido do termo na língua portuguesa está ligado à transmissão de bens materiais através das gerações. O conceito de patrimônio cultural está relacionado à identidade nacional, uma vez que este é também uma forma de expressão social, é o reflexo material ou imaterial de memórias, saberes e práticas de uma população com uma identidade coletiva própria. Estas características nos levam a ideia de que o patrimônio é uma espécie de herança cultural, de identidade e memória, uma continuidade entre passado e presente que remete a significados culturais expressivos e que devem ser protegidos e preservados para as gerações futuras.

A definição legal do que é considerado patrimônio cultural/arqueológico pelo Estado, é definida por pessoas ou grupos com concepções e ideologias próprias. O que é entendido por patrimônio pela sociedade civil e pela academia são perspectivas dispares entre si e entre a visão do próprio Estado. O conceito de patrimônio então é plural e mutável, mudando de acordo com as necessidades e problemas que a sociedade dá para tal conceito. O termo além de carregar significados patriarcais trata a cultura como “bem privado da sociedade”, que é tutelado pelo Estado. A ideia de patrimonialização da cultura parte do pressuposto que traços referenciais da cultura nacional devem ser protegidos e preservados, já que são elementos fundamentais para a construção da identidade nacional, sendo marcos a serem protegidos valorizando suas memórias, paisagens e tradições. A partir disto, o Estado Novo nacionalista de Vargas – foi responsável pela primeira intervenção jurídica de proteção e tutela quanto ao patrimônio cultural brasileiro – patrimonializa estes referenciais materiais (no período não contemplava o patrimônio imaterial), que corresponde ao patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico e paisagístico. Neste tipo de prática preservacionista, seu maior traço de ação é a premência da proteção e conservação das características físicas do bem tombado e do marco valorizado como inestimável para a construção da identidade nacional.

Nesta pesquisa, busco investigar a operacionalidade do instrumento do tombamento e se o marco temporal identificado nesta ação preservacionista é reconhecido e valorizado pela comunidade local de Mambucaba, como traço referencial de sua identidade cultural. Escolhi três objetos de estudo para o caso de Mambucaba: Uma casa de 1840, que no passado possuía a função armazém, lar de Lucy e Paulo; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba, recém reformada através de esforços dos

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GpqPcuUE59M>> . Acesso em: 07 abr. 2019.

próprios moradores; e a ruína de um antigo sobrado na Rua do Comércio, próximo a praia e bem degradado.

Referenciais teóricos

A partir do leque de enfoques que surge com a pós-modernidade dentro do pensamento arqueológico, irei abordar conceitos e campos de saber que contemplem o patrimônio arqueológico e o tombamento. Conforme Bezerra (2003: 273) diante da crescente destruição do patrimônio arqueológico, registrada ao redor do mundo, a apresentação e o diálogo entre a Arqueologia com o público deixa de ser importante e passa a ser necessária. Abordagens apresentadas no âmbito da Arqueologia Pública são crescentes e possibilitam um diálogo mais próximo com a sociedade civil e com as pessoas próximas a intervenções arqueológicas. A mesma autora afirma que um dos principais fatores deste quadro é a relação distorcida do público com o patrimônio arqueológico (2003: 276). Mapear a agência do patrimônio arqueológico sobre a vida cotidiana das pessoas ao seu redor, e as concepções que a sociedade possui sobre o que é patrimônio, arqueologia e cultura, são prementes na medida em que o patrimônio arqueológico é o objeto de estudo do arqueólogo e é o mediador entre vestígios e evidências com memórias e identidades. Assim, são essenciais:

[...] pesquisas de campo nas comunidades locais, visando à compreensão das relações entre as pessoas, as coisas do passado e as paisagens. Qualquer ação de intervenção, como a Educação Patrimonial, demanda o mapeamento das percepções nativas sobre o que denominamos "patrimônio". (BEZERRA, 2012, p. 110)

Concordo com a autora ao afirmar que,

[...] as aproximações entre arqueólogos e comunidades locais em que os sítios arqueológicos estão inseridos, bem como o reconhecimento de seus saberes e conhecimentos, devem ser considerados durante as várias etapas que constituem a pesquisa arqueológica, [...] a valorização do patrimônio cultural não é algo imanente da coisa em si e por si mesma: constar na lei não tem sido suficiente para se conferir valor ao patrimônio arqueológico. (BEZERRA, 2012, p. 132)

Partindo do entendimento que paisagens são espaços construídos e que nos constroem a partir de nossas práticas, emoções e narrativas (Pellini, 2014: 137), abordagens que não tratem a paisagem como pano de fundo da humanidade são essenciais para compreender como nós interagimos com a paisagem, a modificando, e sendo influenciados por ela. A paisagem é fenômeno cultural, e, enquanto tal, é dinâmica e se

transforma ao longo do tempo (Bezerra, 2012: 119), contemplando uma variedade de elementos de diversas naturezas, que a constitui. O patrimônio arqueológico (principalmente sob superfície) é um destes elementos que formam a paisagem, e estes elementos estão presentes em nossas memórias. Assim, o patrimônio arqueológico carrega intrínseco a ele, múltiplos significados, múltiplas memórias, e cada um estão ligados a um referencial temporal diferente, que poderá estar presente na cultura material, ou poderá ter se perdido com as ações do tempo.

Abordagens que partam da dicotomia natureza/cultura são problemáticas por uma série de questões – primeiramente por construir uma divisão destituída de sentido, compreendendo que a cultura faz parte da natureza humana, e o *sapiens* é uma espécie que faz parte da ecologia natural do mundo – não podemos tratar nossa relação com a materialidade, as paisagens e os sentidos de maneira simplista. Concordo com Bezerra ao afirmar que, “[...] a cultura material e a paisagem não devem ser consideradas como processos mecânicos, transmitindo apenas mensagens sociais, mas sim como construção; e seus significados são compartilhados por agentes sociais” (2012: 121).

Bezerra (2018: 53) ainda chama a atenção para o fato em que o patrimônio arqueológico sob superfície é uma moldura do passado enganchado no presente, e este por vezes não recebe a devida atenção dos pesquisadores por representar a “impureza das coisas tocadas pelo presente e maculadas pelo seu impulso de se emaranhar com a vida cotidiana”. A superfície sem controle estratigráfico é o “lugar do caos”. Ocorrências de artefatos arqueológicos que emergem do solo, ou objetos materiais desta natureza que sejam marcos imóveis da paisagem, são elementos que fazem parte das práticas e memórias cotidianas. Através da vivência e experiência com esta materialidade, como apontado pela autora em seus trabalhos em sítios amazônicos, as pessoas criam narrativas próprias e relações íntimas com os objetos. Estas perspectivas contemporâneas e que dialogam com objetos pretéritos, estão quase que invisíveis no registro arqueológico sob superfície, e representam questões de extrema complexidade para a gestão do patrimônio cultural.

O patrimônio arqueológico, nessa perspectiva, além de ser uma referência do passado, é uma referência do presente, por que é no presente que são estabelecidas relações entre os indivíduos e o patrimônio; é no presente que os interesses de grupos sociais distintos elegem o patrimônio e é no presente que os órgãos públicos decidem o que é patrimônio público. (BEZERRA, 2003, p. 281)

Abordagens que partem de práticas colaborativas, dando ênfase a noção de complementaridade de saberes, construída a partir de ações de respeito mútuo entre pesquisador e comunidade (Mageste, et al., 2017: 20), são um caminho que permite além de mapear as relações sociais e agências entre o público e o arqueológico, também integrar as pessoas com a prática da pesquisa, com reflexões teóricas, e com a construção de narrativas. Bezerra aponta que:

[...] no caso de comunidades locais onde não exista uma relação contínua, isto é, de ancestralidade com os povos construtores dos sítios arqueológicos, é possível legitimar outras centralidades do patrimônio, como a que se realiza através da dimensão afetiva com a terra, que o lugar de pertença evoca nas pessoas (BEZERRA, 2003, p. 122).

Isto só é possível através de práticas colaborativas, já que segundo a mesma (2017: 45) construções nativas não têm uma natureza relacional com a ciência, com a arqueologia, mas com a vida vivida das pessoas. Então, a aproximação e colaboração com as comunidades locais na prática arqueológica e construção de discursos e narrativas é fundamental, tanto por questões epistemológicas como éticas.

É necessário colocar que a ideia de patrimonialização da cultura deve ser ligada a educação então o campo conhecido como Educação Patrimonial parece ser uma poderosa ferramenta na tentativa de fazer com que a produção de conhecimento arqueológico chegue às pessoas fora da academia.

[...] considerando esta um mecanismo chave na construção da relação entre a sociedade e o patrimônio, entendendo que a materialidade deve servir como um mediador educacional, e que o próprio conceito de cultura e de patrimônio arqueológico deve estar atrelado à educação mediante suas responsabilidades sociais e profissionais (BEZERRA, 2003; 2010)

A necessidade de um programa educacional vinculado ao instrumento do tombamento será investigada, entendendo que somente congelar no tempo um objeto material não seja uma medida suficiente para fazer com que aquela herança se conserve. Para que esta represente uma continuidade entre o passado e o presente, a comunidade deve estar informada, instrumentalizada e participante da prática arqueológica e da conservação por valorização e afetividade, desta herança arqueológica.

Arqueologia vista enquanto prática científica objetiva nada mais é que uma ferramenta de exclusão. Mesmo quando pretendemos abrir a disciplina e colocar outras vozes no processo de formação do conhecimento, esta relação se estabelece de maneira assimétrica, de cima para baixo. (PELLINI, 2014, p.8)

Referências metodológicas

Parainvestigar sobre as mudanças físicas dos elementos arqueológicos e da paisagem de Mambucaba – nas quase cinco décadas de tombamento da vila – o levantamento de fotos antigas e a conversa com moradores sobre as modificações, foram atividades chave para analisar as ações do tempo no patrimônio, e para desvendar os efeitos do acautelamento na vida das pessoas de Mambucaba. Para ampliar minhas fontes de investigação e possibilidades interpretativas, busquei investigar de perto as questões que envolvem o patrimônio tombado mambucabense utilizando princípios etnográficos de registro e uma atenção fenomenológica em campo. Para tanto, fui ao bairro diversas vezes entre maio e novembro de 2019 (ainda continuo indo, visto que a pesquisa ainda está em andamento), estive em contato constante com alguns moradores, acompanhei e registrei a paisagem mambucabense por diferentes estações do ano em vários momentos do dia.

Meus objetivos neste trabalho são analisar a operacionalidade do instrumento de salvaguarda – identificando as influências e as prerrogativas judiciais, assim como os efeitos e consequências do tombamento –, as modificações físicas dos objetos de estudo e da região tombada, assim como a agência do patrimônio arqueológico na vida das pessoas e se há necessidade de um programa educacional vinculado as ações do tombamento. Os procedimentos de pesquisa consistiram em conversas com moradores de Mambucaba, tanto por celular (através do aplicativo whatsapp) quanto por encontros casuais e ao acaso, ou encontros marcados e prolongados, com registro destes através de anotações em caderneta de campo; registro fotográfico e iconográfico da paisagem e dos elementos arqueológicos; participação de evento cultural-literário (FLIM 2019), fazendo seu registro audiovisual e através de anotações em caderno de campo, investigando a relação entre as pessoas e o patrimônio, e a representatividade desta herança cultural materializada na vida destas pessoas.

Discussões e reflexões sobre o caso de Mambucaba

As mudanças das características físicas dos elementos arqueológicos e da paisagem tombada em Mambucaba são visíveis. Alguns dos imóveis tombados não existem mais, a maioria foi descaracterizado e outros estão no estado de ruína. Algumas edificações ainda estão bem preservadas, principalmente em seu exterior, mas em casos raros também em seu interior. Quanto aos três objetos de estudo, é possível observar os

conflitos existentes entre os efeitos advindos do Decreto-Lei nº25/37 e os interesses da população local.

A igreja, por alguns anos, permaneceu em péssimo estado de conservação. A pintura estava descascando e sem vida e o telhado – com goteiras – ameaçava cair sobre os fiés, sendo esta interditada em determinado momento por falta de segurança. A própria comunidade, sem auxílio das eclesiástico ou governamental, se uniu para angariar fundos e fazer mutirões para restaurar e reformar a igreja. A casa de Lucy e Paulo é um exemplo vivo de que parte da comunidade se importa com o patrimônio, ambos não medem esforços para conservar-la. Construída em 1840, a casa ainda possui colunas e vigas originais, tijolos maciços, telhas originais e piso em pé de moleque na varanda interna e no calçamento frontal. Diante de problemas estruturais, Paulo construiu uma estrutura de eucalipto no interior da casa, para sustentar o telhado que estaria em risco de desabamento e ainda afundando as paredes da casa. A estrutura é notória principalmente pelos cuidados tomados para não descaracterizar a casa, evitando intervenções agressivas. A casa ainda funciona como uma pequena biblioteca e possui algumas intervenções nas paredes, onde Paulo aplicou uma argamassa feita de barro e conchas para concertar os buracos e pedaços caindo. O terceiro objeto, a ruína – ou antigo sobrado – está bem descaracterizada e danificada. Segundo moradores, quando a Vila foi tombada o sobrado ainda estava de pé (também observado em fotos), com teto, pintura, paredes, portas e janelas, mobília, lustres e outros objetos ali deixados. Segundo Cagério², a edificação entrou em colapso em 1992, e a comunidade luta há 32 anos para transformar a sua área em um espaço cultural e produtivo, sem resposta positiva do estado ou qualquer órgão de gestão. Ao mesmo tempo em que podemos ver uma sensibilização e mobilização de parte da comunidade com espaço, há também uma parcela que não possui grande afeição pela estrutura. Cagério conta também que a própria comunidade no ruir do sobrado, passou a saquear o imóvel, levando objetos do seu interior como espelhos, louças, onde recentemente foi furtada uma das portas que ainda estaria fixa à ruína.

Nas palavras de Lucy, o nome de “tombamento” foi levado muito a sério, já que quando se aplica o instrumento, os moradores tem dificuldade de preservar os imóveis ou bens tombados e estes são esquecidos pelo Estado, então com o tempo tombam de fato. Há com certeza uma incongruência de interesses entre os moradores da vila, mas há também certa movimentação em prol do patrimônio e da cultura, e grandes esforços são

³ Carlos Rogério de Souza, conhecido como “Cagério”, professor, principal organizador da FLIM e antigo morador de Mambucaba com quem mantenho diálogo.

feitos, onde é visível o afeto com a materialidade principalmente quanto aos moradores mais antigos, e claro, as memórias que ela evoca. Podemos enxergar isto no calendário cultural da Vila, movimentando diversificadas atividades além da FLIM, como a Mambuarte e a Festa do Peixe. É curioso que a própria rigidez do tombamento é de certa forma responsável pela degradação do patrimônio, no que diz respeito a bens arquitetônicos. Uma revisão do Decreto-Lei nº25/37 é necessária, frente às novas práticas de preservação e visões sobre o patrimônio cultural, e diante das problemáticas verificadas e discutidas no decorrer dos anos em que a lei está vigente. Entender a relação da comunidade, os diferentes significados atribuídos ao patrimônio, e as diversas temporalidades e referenciais é imprescindível, se realmente desejamos valorizar o passado e passar esta herança cultural para as próximas gerações.

O que ainda está preservado em Mambucabasão traços referentes ao período de apogeu econômico da antiga freguesia, quando ainda funcionava como importante porto, referenciais ligados a história da elite local. Não há marcos que contenham memórias da vida em Mambucaba antes da explosão do café do Paraíba, ou sobre os nativos, africanos, caiçaras e tropeiros que ali viveram. O tombamento valoriza um marco específico e tenta congelar o patrimônio no tempo, obscurecendo uma série de outros referenciais históricos e culturais presentes na materialidade, representantes de sujeitos que são elementos fundamentais dos processos históricos e do desenvolvimento de Mambucaba. Se não fosse pela participação destes sujeitos nos processos históricos locais, a freguesia nunca chegaria a seu “apogeu” e tal marco valorizado nunca chegaria a existir. Além de invisibilizar personagens da história de Mambucaba, a figura do tombamento não constrói uma dialética com os moradores locais, se estabelecendo em uma relação assimétrica entre a lei (autoritária) e a população (que obedece se tem juízo). Ações de preservação da cultura devem ser executadas com as pessoas, para as pessoas. Afinal, estamos preservando uma herança da sociedade, no presente para futuro, uma herança que representa cultura, tradição, memória e identidade.

Referencias bibliográficas

BEZERRA, M.; MORAES, I. P. *Na Beira da Faixa: um estudo de caso sobre o patrimônio arqueológico, as mulheres e as paisagens na Transamazônica*. In: SCHAAN (org.). *Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada: pesquisando ao longodas Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá*, Belém: GK Noronha, 2012. p.109-134.

BEZERRA, M.. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões Para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 1, p. 275-296, 2003.

BEZERRA, M. 2018. O Machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na amazônia. Vestígios. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, p. 51-58, 2019.

BEZERRA, M. *Teto e Afeto: Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha, v. 1, p.108, 2017.

DI SALVO, A.A. *Redescoberta do patrimônio da Vila Histórica de Mambucaba*. Dissertação (Mestrado profissional), IPHAN, Rio de Janeiro, 2009.

MAGESTE, P. *et al. Território da Serra da Capivara: conexões e sentidos do patrimônio cultural*. Teresina: IPHAN, 2017.

MENDES, Alípio. *Ouro, incenso e mirra: narrativas históricas sobre Angra dos Reis*. Angra dos Reis: Ateneu Angrense de Letras e Artes, ed.2, p.364, 2009.

PELLINI, J. R. Paisagens: práticas, memórias e narrativas. *Habitus*, Goiânia, v. 12, n.1, p. 125-142, jan./jun. 2014.

PINHEIRO, F. C. *A relação histórica da região de Mambucaba/RJ com a energia elétrica no Brasil*. Batatais, 2010.

VASCONCELLOS, M. C. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação: Mambucaba, Angra dos Reis século XIX. *Afro-Ásia*, p. 147-178, 2002.

VASCONCELLOS, M. C. *Uma reflexão sobre a demografia de livre e escravos no litoral sul-fluminense: Angra dos Reis, século XIX*. *Recôncavo - Revista de História da UNIABEU*, v.3, n. 5, 2013.